

Reforçando a Participação da Sociedade Civil nos Processos da Segurança Alimentar na SADC

Acta da Conferência

Scott Drimie & Alison Misselhorn

FUNDAMENTAÇÃO DO WORKSHOP

O reforço da segurança alimentar das comunidades pobres e vulneráveis na região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) constitui um assunto que atrai uma crescente atenção regional e internacional. Os países em toda a região da SADC confrontam uma crise dos seus meios de sustento, à medida que as comunidades vão perdendo a capacidade de fazer face às dificuldades sociais e económicas.

Uma das mais importantes áreas de controvérsia é que o ambiente não é favorável para garantir a segurança alimentar, em parte devido às realidades no terreno, conforme articuladas pelas "vozes dos pobres e dos que sofrem de insegurança alimentar". Um dos factores que contribui para a deficiência dos processos políticos reside na marginalização da participação dos membros da sociedade civil no desenvolvimento e implementação de políticas em matéria da segurança alimentar. Em grande parte, esta situação é provocada pelo facto que as organizações da sociedade civil trabalham no espaço entre os agregados familiares, o sector privado e o estado para negociar aspectos de importância pública. O reforço da participação dos actores da sociedade civil nos processos políticos na região é, pois, um assunto que merece atenção.

A título de resposta, a *Southern African Regional Poverty Network* (SARPN), em colaboração com o *Overseas Development Institute* (ODI) e a *Food, Agriculture and Natural Resources Policy Analysis Network* (FANRPAN) da SADC organizaram este *workshop* regional, subordinado, apropriadamente, ao tema "Reforçando a Participação da Sociedade Civil nos Processos de Segurança Alimentar na SADC". A conferência, que contou com o financiamento da Australian Aid, proporcionou um fórum para os actores debaterem as formas em como as agências da sociedade civil podem reunir e utilizar as suas evidências para contribuir e influenciar estes processos políticos. Os participantes integravam organizações da sociedade civil, doadores, agências regionais e internacionais que compõem as redes SARPN, FANRPAN e ODI.

Outras actividades anteriores organizadas pela SARPN, ODI e FANRPAN, em que participaram actores da sociedade civil de toda a região, identificaram diversas políticas e processos importantes para garantir a segurança alimentar. Com base neste trabalho, e em consulta com o secretariado da SADC, foi proposto que o *workshop* se concentrasse no Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP) da SADC, que se trata de um quadro que visa identificar e aproveitar das políticas principais no âmbito da promoção da segurança alimentar na região. À luz da importância do papel da sociedade civil no que respeita a promoção da sociedade civil, a conferência fixou como objectivos:

- Identificar as políticas e os programas políticos na região e o estatuto da mesmas;
- Estabelecer a natureza e a dimensão das evidências possuídas pela sociedade civil em relação a estas áreas políticas; e

- Estabelecer oportunidades para a sociedade civil participar nos processos regionais de segurança alimentar.

A CRISE REGIONAL DOS MEIOS DE SUSTENTO

Cada vez mais, surgem provas de uma vulnerabilidade crónica à fome na África Austral. Em resposta, as intervenções realçam o acesso sustentável à alimentação através da ajuda alimentar e diversos programas extensionistas no sector agrícola e hortícola.

Estes esforços, todavia, não passam de medidas temporárias face às mudanças ambientais e o impacto crescente do HIV/SIDA. A percepção crescente é que a dependência sobre as respostas de curta duração e, por conseguinte, as opções limitadas de respostas de curta duração, sobretudo no que respeita a ajuda alimentar, podem estar a contribuir para a actual crise que incide sobre os meios de sustento.

A intensificação da vulnerabilidade tem vindo a provocar um “enredo de crises”, tais com a ausência de chuva, a quebra generalizada da disponibilidade de alimentação, a má governação, a extrema pobreza que se faz sentir e a erosão contínua das estratégias de sustento em virtude do HIV/SIDA (consultar Maunder, 2005). As situações de vulnerabilidade política, socioeconómica, e ambiental, frequentemente silenciosas mas sempre mais intensas, têm vindo a aumentar o risco, ao ponto de uma ameaça externa modesta ser suficiente para desencadear o sofrimento generalizado.

A situação actual da segurança alimentar regista um agravamento, podendo muito bem alcançar níveis semelhantes aos da crise de 2001/02. As estimativas iniciais do CFSM e dos Comitês de Avaliação da Vulnerabilidade (CAVs) indicam que os níveis de produção agrícola estão em queda geral: o Zimbabwe regista uma queda de 45 por cento face ao ano passado, o Malawi apresenta um decréscimo que ronda os 36 por cento nos últimos 5 anos, a Zâmbia apresenta uma queda média de 12 por cento nos últimos 10 anos, e o sul de Moçambique apresenta uma queda de 48 por cento dos índices relativos às províncias do sul do país. Esta situação encontra-se ilustrada na tabela elaborada pela FEWS NET:

País	Ano de comercialização 2005/06 ¹	
	Número estimado de pessoas que sofrem de insegurança alimentar	Avaliação das necessidades de ajuda alimentar
Lesoto	548,800	20,244
Malawi	4,224,400	269,600
Moçambique	587,499	69,755
Swazilândia	226,640	27,020
Zâmbia	1,232,661	118,335
Zimbabwe	3,900,000 ²	308,000
Total	10,720,000	812,954

1/ Obtido das exposições dos CAV de Junho de 2005 apresentadas à reunião dos intervenientes a 7 - 8 Julho de 2005, aguardando os relatórios finais, e dos relatórios da FAO/PAM CFSAM de Junho de 2005.

2/ Resultados preliminares revelam cerca de 2.9 - 3.9 pessoas.

A insegurança alimentar aguda é evidente em partes do Zimbabwe, Malawi, Moçambique, Zâmbia, Swazilândia e Lesoto. Entre as respostas recomendadas, continuam a predominar a ajuda alimentar (equivalentes) e factores de produção agrícola. As respostas limitam-se a apelos momentâneos (Malawi, Zimbabwe) e uma expansão dos instrumentos existentes. É evidente que muitas das experiências da crise de 2002, refinadas em lições de política, não foram institucionalizadas na resposta em curso. Há que reflectir bem sobre o quadro político que rege a formulação destas respostas e das prioridades para o desenvolvimento a longo prazo.

ÁREAS TEMÁTICAS PARA A PARTICIPAÇÃO DAS OSC

O *workshop* deu origem a uma série de áreas temáticas gerais, articuladas durante exposições, sessões de trabalho em grupo e debates plenários. Estas encontram-se detalhadas no programa que consta do Anexo Um. Estes debates desenvolveram-se em resposta ao Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), como ponto de partida para a identificação e colaboração nas políticas-chave ligadas à promoção da segurança alimentar na região. Duas comunicações apresentadas por Fred Kalibwani da FANRPAN da SADC, delinearão o quadro jurídico que enquadra políticas regionais específicas, com o intuito de identificar os pontos estratégicos de entrada para as OSCs.

O RISDP tem como objectivo geral facilitar a cooperação no domínio da segurança alimentar, a fim de alcançar o acesso sustentado e contínuo à alimentação segura e adequada por todos os habitantes da SADC em prol de uma vida activa e salutar. O plano identifica cinco áreas-chave:

1. **Oferta de alimentação:** de modo a melhorar a oferta alimentar a longo prazo na SADC, há que alcançar o objectivo de cooperação regional nesta área;
2. **Acesso a alimentação segura:** o objectivo é de melhorar o acesso a alimentação segura.
3. **Valor nutritivo da alimentação consumida:** com respeito ao valor nutritivo da alimentação consumida, o objectivo é de melhorar o valor nutritivo da alimentação e minimizar as perdas de produtos alimentares;
4. **Emergências provocadas por calamidades:** o objectivo é de melhorar a previsão, a prevenção, a mitigação e a recuperação dos efeitos negativos das calamidades naturais;
5. **Quadro Institucional:** o objectivo é de reforçar o quadro institucional e reforçar as capacidades necessárias para implementar os programas de segurança alimentar na SADC.

O seminário priorizou três destas cinco áreas para serem discutidas em grupos de trabalho. Embora o valor nutritivo da alimentação consumida e a segurança alimentar não tivessem sido temas abordados, alguns dos pontos gerais que surgiram apresentam uma pertinência directa a eles. É de notar que as OSCs deveriam assegurar que os seus próprios programas de trabalho fora destas áreas identificadas pela SADC, não fossem negligenciados nestes debates.

Três assuntos abrangentes emergiram durante as exposições e os debates que seguiram. Estes encontram-se resumidos de seguida e apresentados de forma abrangente (Figura Um), como um prelúdio para uma discussão em torno dos pontos específicos levantado pelos grupos de trabalho.

A tensão entre as intervenções de curta duração e de longa duração

Várias exposições salientaram o facto que a insegurança alimentar da região está ligada a assuntos estruturais de sustento, que têm vindo a ser colmatados através de intervenções de alívio de curta duração. Além disso, vários impactos negativos de longa duração estão associados a estas intervenções de curta duração; por exemplo, a ajuda alimentar foi citada como um desincentivo à agricultura, entre outros impactos negativos para os meios de sustento.

Muito embora as intervenções de curta duração sejam apropriadas em certas situações, é importante que as OSCs questionem o papel futuro da ajuda alimentar, o papel das reservas cerealíferas estratégicas (a estratégia integrada cerealífera da África do Sul), intervenções de protecção social, sobretudo no âmbito de um Programa Regional contra a Fome e Vulnerabilidade (PRFV) e sistemas de aviso prévio. Um aspecto que abarca todos os tipos de intervenções é o de como melhor lidar com os desequilíbrios comerciais a nível regional e global.

Evidências e informações

A evidência afecta a aprendizagem que, por sua vez, impulsiona as mudanças. O papel central da evidência, como força impulsionadora, encontra-se reflectido no consenso que emergiu durante o *workshop*, quer nas comunicações introdutórias, quer nas discussões dos grupos de trabalho. Dado que existe ainda muito por compreender, a base de dados sobre a segurança alimentar na região deve desdobrar-se em sectores e graus, o que exige processos participativos. Uma das perguntas principais que surgiu, porém, foi o que constitui "evidências" pertinentes susceptíveis de informar ou influenciar os processos de formulação de políticas. Os debates revelaram que as evidências pertinentes integram um leque de perspectivas qualitativas, como também informações e análises derivadas das pesquisas. Ao considerar a forma em como usar as evidências para influenciar a política, há que tomar diversos aspectos em linha de conta, a saber: o contexto político no qual as evidências foram reunidas e em que serão usadas (particularmente pertinente para a pesquisa de políticas); a qualidade das evidências (os métodos usados e o seu impacto eventual); a utilidade (a forma em como pesquisa é apresentada afecta de forma importante a sua utilização); o peso a elas atribuído (a ponderação que lhes é atribuída em relação a outros tipos de evidências); a dimensão sustentada da análise (se a pesquisa possui um enfoque imediato ou a longo prazo); e legitimidade (influenciada por factores tais como a fonte das evidências).

Incoerências entre o desenvolvimento e a implementação de políticas

Um discurso que predominou entre os participantes de *workshop* foi que existe já uma série de boas políticas na região, mas muitas não estão a ser implementadas, ou não estão a ser implementadas com eficácia, o que demonstra que o desenvolvimento de políticas pertinentes não é suficiente para criar uma região caracterizada pela segurança alimentar; pelo contrário, a segurança alimentar exige uma boa governação que ponha em prática as políticas e introduza mudanças. Ademais, referiu-se que é necessário mudar o ênfase, passando da mera formulação de políticas, para uma política de mobilização aliada à instituição de mecanismos de revisão e aprendizagem das políticas (entre outras intervenções) para estudar os seus impactos em matéria da segurança alimentar e meios de sustento; impactos estes que não se limitam aos sucessos, como também abarcam os impactos reduzidos ou consequências negativas imprevistas.

Neste contexto, a política dever ser vista como um ciclo que compreende o desenvolvimento, a implementação, a análise dos impactos e a aprendizagem, bem como a reformulação e substituição, se necessário. Um elemento integral deste ciclo passa pela criação de mecanismos de participação que permitam a participação da sociedade civil e outros actores em todas as fases do ciclo político, assim garantido a pertinência e o sucesso das políticas nacionais e regionais no domínio da segurança alimentar. Essencialmente, a participação da sociedade civil no desenvolvimento, implementação e revisão de políticas, é indispensável para assegurar a futura segurança alimentar de uma região

Participação

No domínio do desenvolvimento, há muito que se reconhecesse que a participação exige que os aspectos socioeconómicos, tal como a insegurança alimentar, devem ser abordados como direitos fundamentais. A importância da participação surgiu como um tema transversal durante o *workshop*. Nas comunicações introdutórias, a participação foi definida como abrangendo a capacitação, a democracia, o recurso aos conhecimentos autóctones, e os direitos. O desenvolvimento participativo, porém, vai muito além do direito humano fundamental de ser ouvido; a participação da sociedade civil (e das vozes de base por ela abrangidas) é absolutamente necessária para que a política de desenvolvimento seja *pertinentemente* definida ou verdadeiramente *efectiva* no seu apoio à segurança alimentar das pessoas individuais e das comunidades.

Apesar da importância crítica e transversal da participação, chegou-se ao consenso que os governos nacionais proporcionam poucos pontos de entrada para uma melhor participação da sociedade civil. Os participantes também reconheceram que a participação eficaz nos processos de política nacionais e regionais também exige a capacitação dos recursos humanos nos sectores das ONG e OSC.

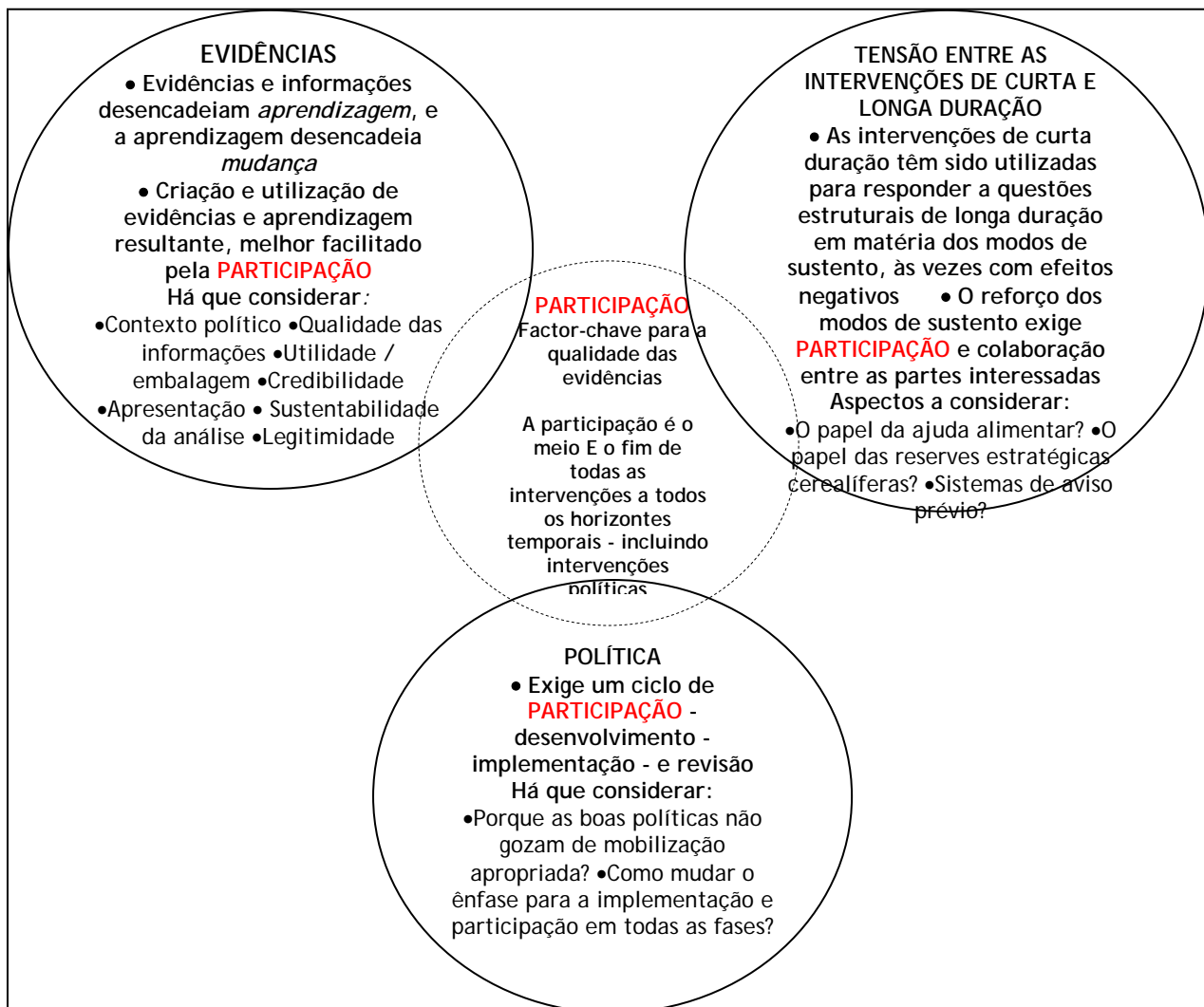


Figura 1: Sumário dos aspectos principais susceptíveis de gozar da participação das OSCs

CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO E DEBATES RELACIONADOS

Foram constituídos três grupos para debater (1) a disponibilidade de produtos alimentares, (2) prontidão para a insegurança alimentar em situações de calamidade, e (3) o quadro institucional para a implementação da segurança alimentar (conforme derivado do RISDP).

Cada um dos grupos de trabalho abordou estes assuntos de duas vertentes, sendo a primeira *as áreas específicas de colaboração com a SADC*, e a segunda *estratégias específicas para reforçar a participação das OSCs nos processos regionais de segurança alimentar*. Os grupos de trabalho reuniram-se em duas sessões individuais de reflexão. Em cada sessão, os grupos tiveram que responder às seguintes perguntas.

A. Áreas específicas de colaboração com a SADC:

1. Identificar e listar os aspectos principais em cada área de enfoque;
2. Delinear o ambiente operacional regional relativo a essa área específica;
3. Detalhar as potenciais oportunidades para engajar nos processos da SADC e definir os prováveis desafios.

B. Estratégias específicas para reforçar a participação das OSCs nos processos regionais de segurança alimentar

4. Definir as estratégias que a sociedade civil deve adoptar para participar nos processos regionais de segurança alimentar
5. Detalhar possíveis planos de acção

As conclusões das duas sessões de reflexão sobre as perguntas acima (1-5), realizadas por cada um dos três grupos de trabalho, encontram-se expostas no Anexo Dois. As conclusões das sessões dos grupos de trabalho foram apresentadas às plenárias, tendo estimulado perguntas e debates entre os participantes do *workshop*. Embora o Anexo Dois exponha os detalhes importantes contextuais decorrentes das exposições, aqui encontram-se apresentados apenas dois dos aspectos genéricos que surgiram durante os respectivos debates, susceptíveis de informar, até certa medida, o caminho a seguir no que respeita a participação da sociedade civil nos processos regionais de segurança alimentar.

A importância do engajamento estratégico

Surgiram diversas questões no que respeita a importância de a sociedade civil procurar interfaces temporais, espaciais e políticas no âmbito das políticas a nível regional.

A **primeira** foi o facto de não existir actualmente qualquer fórum a que a sociedade civil possa recorrer para engajar com a SADC a nível regional. Por conseguinte, foi repetidamente sugerido que o engajamento se fizesse, de preferência, a nível nacional. Alguns participantes notaram que se a sociedade civil concentrasse as suas energias inicialmente nas redes nacionais, essas redes ou órgãos de copula seriam muito mais eficazes em transmitir os seus conhecimentos colectivos e fazer ouvir as suas vozes a nível regional. Também se identificou a necessidade de haver uma colaboração mais forte entre as OSCs ao, por exemplo, partilhar e divulgar as informações e utilizar as redes existentes.

A **segunda** questão tinha a ver com a heterogeneidade das perspectivas e dos sectores que a sociedade civil, colectivamente, representa. Foi sugerido que um dos maiores desafios associados à mobilização da participação da sociedade civil a nível regional reside não só na diversidade dos focos de desenvolvimento a que está associada, como também na diversidade das respectivas prioridades de desenvolvimento. Alguns participantes sugeriram o desenvolvimento de uma *gama* de focos a nível nacional, representativos dos diversos grupos de interesses que integram as OSC e, por esta via, engajar, de forma *tangível*, nos aspectos *técnicos* específicos da política aos níveis nacional e regional.

A **terceira** questão que surgiu a respeito da participação estratégica nas políticas regionais foi a necessidade de haver um melhor entendimento do ambiente *institucional* nacional e regional que incide sobre a segurança alimentar. Foi sondada a sugestão de identificar as instituições nacionais e regionais principais - para além da SADC - de modo a desenhar um melhor mapa institucional para a sociedade civil identificar os aspectos em que melhor possa contribuir.

A **quarta** questão está estreitamente ligada à necessidade de elaborar um melhor mapa institucional; trata-se de a necessidade de identificar as fases do desenvolvimento e da implementação que caracterizam as actuais políticas e mecanismos legislativos. Esta questão foi expressada de diversas formas pelos três grupos de trabalho como elemento básico antes de a sociedade civil poder identificar as políticas em que se possa engajar e como pode influenciá-las.

A necessidade de aproveitar melhor as evidências

O segundo tema comum que emergiu durante os debates em torno das exposições dos grupos de trabalho foi a necessidade de aproveitar melhor as *evidências*. O reforço das evidências, de acordo com as percepções expressas, contribuiria para elevar a credibilidade da sociedade civil ao pressionar para a introdução de mudanças nas políticas nacionais e regionais. Foram identificadas quatro questões que surgiram em relação ao melhor aproveitamento das evidências enquanto recurso neste domínio.

A **primeira** foi a necessidade de assimilar e analisar as evidências *existentes*, quer sejam evidências empíricas ou baseadas em estudos, reunidas das organizações de base, organizações da sociedade civil

e outras fontes. Destacou-se o facto que a sociedade civil representa uma fonte de conhecimentos extremamente subaproveitada. Esta fonte de conhecimentos deve ser devidamente 'embalada', de modo a promover a advocacia a respeito das diversas lacunas políticas.

A **segunda** passa pela necessidade de reforçar as *capacidades* da sociedade civil no sentido de produzir evidências, assimilá-las e embalá-las com o objectivo de gerar um maior impacto.

Em **terceiro** lugar, foi sugerido que a sociedade civil canalizasse as evidências bem embaladas através dos *meios de comunicação* de modo chamar a atenção da sociedade internacional para o facto que a crise na região se trata de uma crise de modos de sustento, em vez de uma mera crise alimentar. Foi explicado que, se esta distinção pudesse ser aceite pelo público e pelos parceiros de desenvolvimento internacionais, melhorariam as probabilidades de serem desenvolvidas políticas e programas concebidas para responder às causas fundamentais da insegurança alimentar. Também se apontou para o facto que, frequentemente, os meios de comunicação não fazem menção das calamidades que se fazem sentir na região e que agravam a actual crise de modos de sustento.

Por **último**, diversos participantes levantaram a questão que, para agir de forma inteligente com as instituições que moldam as políticas a nível nacional e regional, seria necessário criticar mais activamente os sucessos e os fracassos das políticas actuais e/ou a implementação das mesmas. A evidência surgiu como instrumento importante no sentido de, por exemplo, fazer responder a SADC sempre que os compromissos não se transformem em mudanças políticas ou quando as políticas adoptadas não sejam implementadas ou sejam implementadas de forma inapropriada.

Pontos de acção

Este debate levantou diversos pontos de acção, que podem ser resumidos da seguinte forma:

- Desenvolver redes de OSCs, ou órgãos de copula, a nível nacional para melhor participar nas políticas nacionais e assim representar também os diferentes grupos de interesses susceptíveis de fazer pressão em relação a áreas políticas específicas;
- Aproveitar as redes existentes com o intuito de reforçar a colaboração entre as OSCs;
- Mapear o ambiente institucional, tanto a nível regional como nacional, de modo a identificar um quadro que possa ser usado pelas OSCs para identificar pontos de entrada;
- Identificar a fase em que se encontra a implementação das políticas em vigor, sobretudo no que respeita as áreas identificadas nos trabalhos de grupo;
- Descobrir e reunir informações e evidências existentes que possam ser aproveitadas para justificar os apelos em prol da modificação de políticas;
- Reforçar as capacidades das OSCs no sentido de reunir e aproveitarem-se das evidências;
- Embalar e canalizar as evidências de modo estratégico, a fim de maximizar o impacto das mensagens que a OSCs pretendem comunicar - recorrendo aos meios de comunicação, por exemplo;
- Identificar os impactos positivos e negativos das políticas em vigor sobre os modos de sustento e a segurança alimentar e encontrar formas de aproveitar estas informações nas acções de formulação participativa de políticas.

Rumo do programa Look, Learn and Listen

Nas suas observações de encerramento, Sue Mbaya resumiu o rumo do projecto *Look, Learn and Listen*.

Destacou alguns aspectos-chave que surgiram no decorrer do *workshop* e que, da sua perspectiva, deveriam ser reconhecidos pelas OSCs que integram o projecto. Em primeiro lugar, há que entender a influência das agências internacionais sobre os processos regionais, sobretudo se se pretende envidar esforços no sentido de engajar com os decisores. Em segundo lugar, referiu-se à importância da advocacia e dos diversos veículos necessários para transmitir mensagens. Sobretudo, as OSCs devem saber como aproveitar os meios de comunicação para os propósitos de advocacia. Em terceiro lugar, lembrou a assembleia da importância das evidências e de como podiam ser utilizadas e embaladas para conceder seriedade às OSCs em matéria do processo da formulação de políticas.

A Sra. Mbaya depois resumiu o Projecto *Look, Learn and Listen*, reflectindo sobre as metas alcançadas e o que estava previsto para os meses futuros.

O Projecto *Look, Listen and Learn* identificou como objectivos:

- promover a contribuição das organizações da sociedade civil e as evidências destas para os debates e o diálogo a respeito das políticas da SADC no domínio da segurança alimentar;
- promover a voz das organizações da sociedade civil da África austral no que respeita o debate internacional sobre as políticas de segurança alimentar;
- aumentar os conhecimentos e divulgar, na região e a nível internacional, as políticas e as práticas aprendidas;
- disseminar na região as evidências pertinentes e as lições a respeito das políticas, aprendidas pelas organizações da sociedade civil noutras partes do mundo.

No que respeita os feitos alcançados, a Sra. Mbaya afirmou que o *workshop* representava o fim de uma fase pré-piloto que integrara a conceptualização e planificação do projecto, a mobilização de recursos e a reunião de lançamento em Maio de 2005. Estas acções foram seguidas de um estudo regional por Fred Kabilwani, apresentado neste *workshop*, e o desenvolvimento e divulgação de quatro estudos de política (dos doze previstos), destinados a influenciar a formulação de políticas na região.

A fase seguinte visava realizar actividades de ligação nacional, e incluirá reuniões nacionais de um dia em Malawi, Moçambique, Zâmbia e Zimbabwe. Nestes *workshops*, pretende-se concentrar no contexto nacional relativo à segurança alimentar, bem como nos desafios e oportunidades para as OSCs engajadas nas políticas de segurança alimentar. Os *workshops* também abordarão o desenvolvimento de estratégias nacionais.

Tudo isto será seguido de um exercício de sintitização, para avaliar as fases precedentes, incluindo uma revisão dos pares. Serão seleccionadas alguns dos conceitos desenvolvidos, a partir dos quais serão elaboradas propostas a serem concretizadas na fase seguinte.

Até aos finais de 2006, está previsto alcançar um melhor entendimento dos processos políticos entre as OSCs na região, bem como da importância do recurso a evidências por parte das OSCs para contribuir para os processos em prol do alívio da pobreza. Na conclusão desta fase final, serão disseminados diversos materiais informativos e realizadas outras acções destinadas a influenciar, tendo como alvo o Conselho de Ministros da SADC, o Fórum Parlamentar da SADC e outras instituições.

Recomendações para o diálogo futuro

- O RISDP constitui um bom ponto de partida para avaliar as políticas e as oportunidades para a colaboração a nível da SADC. Porém, é importante avaliar as outras oportunidades regionais, que serão claramente identificadas após a conclusão do mapeamento institucional. Também convém estudar o processo de formulação de políticas e identificar os pontos de entrada mais estratégicos.
- As OSCs devem continuar a participar em aspectos importantes não integrados no quadro da SADC mas que se inserem nos seus próprios programas de trabalho. Deve ser lançado o apelo à SADC no sentido de contribuir para os programas de trabalho das OSCs, assim desenvolvendo uma abordagem participativa e democrática no domínio da formulação de políticas na região.
- É importante reconhecer as limitações da SADC e ser realista sobre o que se pode alcançar do engajamento com esta instituição. É imperativo continuar esse engajamento, pois as Comunidades Económicas Regionais constituem pedras angulares importantes nos programas de trabalho da União Africana e da NEPAD, como viaturas para a concretização dos seus planos de desenvolvimento. É possível, porém, que os actuais constrangimentos de capacidade limitem as oportunidades junto da SADC.
- A nível da SADC, existem oportunidades claras para colaborar em matéria de políticas de carácter técnico, tais como o plano quinquenal RVAC, susceptíveis de produzir resultados mais rápidos do que os quadros gerais como o RISDP.

Anexo Um

Reforçando a Participação da Sociedade Civil nos Processos da Segurança Alimentar na SADC

PROGRAMA DE TRABALHO - 14 de Novembro de 2005

08:15 - 09:00	<i>Inscrições</i>	
09:00 - 09:15	Apresentações e boas-vindas	Presidente da Sessão: Susan Mbaya, Directora, SARPN
09:15 - 09:35	A experiência e perspectivas do Governo da África do Sul sobre o papel da sociedade civil em matéria das políticas regionais de segurança alimentar,	Alocutora: Sra. M Ramabenyane, Directora, Segurança Alimentar, Ministério da Agricultura, África do Sul
09:35 - 09:50	Boas-vindas	Sr. Philip Green, Alto Comissário da Austrália
09:50 - 10:15	<i>Pausa</i>	
10:15 - 10:30	Apresentação e Antecedentes do Projecto LLL	John Howell, ODI
10:30-10:50	Documento de base: Questões Ligadas à Política da Segurança Alimentar	Nick Maunder
10:50- 11:15	Política da SADC relativa à Segurança Alimentar, Processos e Estruturas e Oportunidades para a Colaboração com as OSCs	Fred Kalibwani, FANRPAN
11:15 - 11:30	Programa Regional contra a Fome e Vulnerabilidade Regional (RHVP)	John Rook, Director de Programa, RHVP
11:30 - 12:30	<i>Debate</i>	
12:30 - 13:00	Oportunidades Regionais Emergentes para as OSC	FANRPAN
13:00 - 14:00	<i>Almoço</i>	
14:00-15:30	Alinhando os interesses e as evidências das OSCs às oportunidades que existem a nível regional	(Grupos de trabalho)
15:30 - 16:00	<i>Pausa</i>	
		Presidente da Sessão: Joana Bartolomeu Vemba
16:00 - 17:30	Alinhando os interesses e as evidências das OSC às oportunidades que existem a nível regional	(Exposições dos grupos à plenária)

***Reforçando a Participação da Sociedade Civil nos Processos da
Segurança Alimentar na SADC***

PROGRAMA DE TRABALHO - 15 de Novembro de 2005

08:30 - 08:45	Recapitulação dos Trabalhos do Dia Anterior	Dr. Scott Drimie
		Presidente da sessão: Dr. Tobias Takavarasha
08:45 - 09:30	Processos e Oportunidades Regionais Complementares.	Fred Kalibwani, FANRPAN
09:30 - 10:30	<i>Debate</i>	
10:30 - 10:45	<i>Pausa</i>	
10:45 - 12:00	Estratégias para reforçar a participação nas políticas regionais de segurança alimentar	(Grupos de trabalho)
12:00 - 12:15	Estratégias para reforçar a participação nas políticas regionais de segurança alimentar	(Exposições dos grupos à plenária)
12:15 - 12:30	Observações dos parceiros LLL	SARPN/ODI/FANRPAN
12:30 - 12:40	Encerramento	Alfred Hamadziripi, SARPN
12:40 - 14:00	<i>Almoço</i>	

Anexo Dois

CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO

Grupo Um: Disponibilidade de alimentos

1. Aspectos prioritários principais para o engajamento das OSCs:

- Direito de posse;
- Acesso aos factores de produção no sector agrícola (dependendo, parcialmente, da disponibilidade geral desses factores);
- Planificação inadequada e falta de informação para informar as decisões;
- Mercados para os produtos:
 - controlos de preços,
 - preços baixos,
 - mercados internacionais;
- Conhecimentos técnicos e extensão - por exemplo, as necessidades das agricultoras;
- Seca;
- Desenvolvimento de irrigação;
- Diversificação de colheitas;
- Doenças de gado;
- Alvejar os agricultores em pequena escala, dado que os agricultores em grande escala têm beneficiado mais.

2. & 3. Oportunidades de engajar nos processo da SADC e desafios susceptíveis de surgir

Oportunidades:

- É necessário adoptar abordagens diferentes, em função dos diferentes aspectos e a fase do desenvolvimento e implementação das políticas;
- Necessidade de reunir e assimilar evidências a diversos níveis, desde o nível comunitário até ao nível nacional;
- Aproveitar das oportunidades para trabalhar com as diversas direcções da SADC - e a momentos estratégicos entre as cimeiras e a preparação da agenda da cimeira;
- Oportunidade de capitalizar sobre o Artigo 23 do Tratado da SADC;
- Capacitação do CNGO da SADC;
- Monitorização e avaliação das decisões e deliberações da SADC.

O desafios identificados compreenderam:

- Fraco historial de implementação de resoluções pela SADC e seus estados membros;
- Falta de vontade política;
- Falta de experiência em matéria da advocacia e campanhas na região pelas OSC.

4. & 5. O ambiente operacional regional, estratégias e planos de acção necessários pela sociedade civil para participar nos processos regionais

- Identificar os protocolos e acordos da SADC
- Necessidade de convocar uma reunião nacional da sociedade civil e preparar acções de advocacia
- Concentrar na despesa proposta de 10% do orçamento sobre a agricultura
- Desenvolver um quadro regional para a despesa no sector agrícola e formular propostas de definições de despesas específicas para consultas posteriores com a comunidade de OSCs
- Necessidade de as OSCs participarem em comissões parlamentares responsáveis pela agricultura
- Tabelas podem ter utilizadas para advocacia a nível da SADC

Grupo Dois: Prontidão para a insegurança alimentar em situações de calamidade

1. Aspectos prioritários principais para o engajamento das OSCs:

- Fundo de reservas alimentares;
- Sistemas de aviso prévio;
- Redes de segurança alimentar;
- Nutrição, água e saneamento, educação;
- Necessidade de "exclusividade" para ampliar a participação e normalização da metodologia;
- Descentralização para aumentar a pertinência a nível distrital/provincial;
- Necessário criar vínculos com outras fontes de informação para confirmação dos assuntos;
- Integração dos meios de sustento no que respeita os sistemas de aviso prévio.

2. O ambiente operacional regional - actores principais no domínio da prontidão para eventualidade de calamidades:

- FEWSNET
- FAO
- PAM
- Concern Worldwide
- Oxfam
- CARE
- WVI
- Action Aid
- SAFAID
- SA Congo
- Grain SA
- SAFEX
- Governo da África do Sul
- DFID
- UE
- Save US

3. Oportunidades para engajar nos processos da SADC e desafios susceptíveis de surgir no que respeita a prontidão para eventualidades de calamidade:

Desafios:

- Falta de vontade política para realizar acções conjuntas na região, sobretudo na SADC;
- Falta de capacidade para implementar a prontidão para eventualidades de calamidade.

Nos que respeita as potenciais oportunidades, foram identificadas algumas estratégias:

- Identificar formas informais de reunir com decisores, tais como em ocasiões sociais com, por exemplo, os membros do Conselho da Agricultura;
- Reforçar a colaboração com os comités nacionais da SADC;
- Encorajar o Conselho da África Austral das Organizações Não Governamentais (SACONGO) a assinar um memorando de entendimento com a SADC, com base nas experiências das OSCs que trabalham no âmbito da integração do género.

4. Estratégias que a sociedade civil deve adoptar para participar nos processos nacionais relativos à prontidão para eventualidades de calamidade:

Os sistemas de aviso prévio foram identificados como uma área prioritária. Foram identificados dois aspectos principais logo à partida. As OSCs não estão organizadas; esta situação deve ser resolvida para poder colaborar com a SADC e outras organizações. Também existe uma falta de clareza sobre a posição da sociedade civil. As estratégias sugeridas incluem:

- Não se limitarem apenas à SADC, pois existem outros processos regionais, tais como o RVAC e RVAM

- Utilizar os meios de comunicação como instrumento de advocacia
- “Estar bem preparado para a advocacia” - reunir as evidências e apresentar as questões das formas mais aceitáveis aos diversos públicos
- Utilizar uma sistema de advocacia a três níveis - a SADC, os doadores e os governos nacionais
- Criar alianças estratégicas, com doadores, por exemplo

5. Detalhando planos de acção para os sistemas de aviso prévio:

- Defender a inclusividade o sistemas de prontidão para calamidades descentralizados
- Capacitação das instituições locais para reunir evidências e apresentar informações credíveis para os sistemas de aviso prévio e CAVs.
- Informar os debates sobre a prontidão na eventualidade de calamidades

Grupo Três: Quadro Institucional

1. Aspectos prioritários principais para o engajamento das OSC nos protocolos institucionais da SADC:

- A necessidade de existirem instrumentos legais para fazer executar uma estratégia regional no âmbito das políticas de segurança alimentar;
- Fazer executar os instrumentos legais em vigor;
- Harmonizar as políticas regionais no domínio das trocas comerciais - inclusive os protocolos relativos às medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPSS)
- Implementar as políticas em vigor - existem boas políticas para a implementação é deficiente;
- Necessidade de haver um quadro para mitigar os impactos do HIV/SIDA, sobretudo no que respeita o sector agrícola e a segurança alimentar - por exemplo, fortificação dos produtos alimentares e escolha de produtos

2. O ambiente operacional regional:

Os actores principais identificados são:

- Comunidades Económicas Regionais (CERs), tais como a NEPAD, SADC, COMESA
- Organizações e redes regionais, tais como a SARPN, FANRPAN, SACAU, ZERO, Trade Centre
- Parceiros internacionais de desenvolvimento, a saber PAM, FAO, USAID, DFID, ODI,
- Organizações da Sociedade Civil (OSCs), tais como o Conselho das ONGs da SADC (CNGO)
- Fóruns comerciais privados

Factores gerais ligados ao ambiente político regional com efeitos positivos e negativos:

- A percepção que a África do Sul quer mandar no que respeita a agenda de desenvolvimento na região
- A sobreposição de blocos económicos, tais como a SADC e COMESA
- Parcerias bilaterais e multilaterais, tais como a relação entre a África do Sul e a UE
- A reforma agrária como aspecto transversal

3. Oportunidades de engajar nos processo da SADC e desafios susceptíveis de surgir:

- As OSCs devem estudar as fases de implementação de políticas a fim de poderem participar com maior eficácia
- Identificar pontos de entrada estratégicos à escala temporal e geográfica, bem como a acessibilidade
- As OSCs devem receber o calendário de eventos da SADC com antecedência
- As OSCs devem acumular dados a nível de base
- Dificuldade de obter acesso à SADC e aos seus representantes
- Há que desenvolver uma melhor colaboração entre as OSC - por exemplo, criar órgãos de copula a nível nacional que representem os diversos grupos de interesses
- Capacitação das próprias OSCs

4. As seguintes áreas prioritárias estratégicas foram identificadas para a sociedade civil participar nos processos regionais ligados aos quadros institucionais:

- Harmonização das políticas comerciais em toda a região, por exemplo, transportes, regulamentos alfandegários, tarifas
- Implementação das políticas / legislação em vigor, por exemplo, comércio, pescas e silvicultura
- Mitigar os impactos do HIV/SIDA sobre a segurança alimentar

5. Detalhar planos de acção e actores principais nas seguintes áreas específicas no que respeita os aspectos supracitados:

Ligar as questões à **harmonização das políticas comerciais**:

- Comércio transfronteiriço - formal e informal (ex. SPSS)

Como:

- Estudo para identificar a situação
- Identificar lacunas, anomalias, etc
- Advocacia e pesquisa para mudança

Actores-chave:

- Associações comerciais regionais e locais, SACAU
- Organizações de agricultores
- Economic justice network (EJN) FANRPAN, SARPN, CSPR

Aspectos focais em relação à **implementação** das políticas em vigor:

- Protocolo de Silvicultura
- Protocolo da SADC sobre as Trocas Comerciais
- Protocolo das Pescas

Como:

- Estudo para determinar o nível de implementação no que toca a segurança alimentar
- Advocacia em prol da responsabilidade em relação aos acordos / cumprimento dos mesmos
- Advocacia e pesquisa para mudança

Actores-chave:

- SAFIRE
- Associações comerciais regionais e locais, SACAU
- Organizações de agricultores
- FANRPAN, SARPN, Economic Justice Network - EJN

Aspectos focais em relação à integração da **mitigação do HIV/SIDA**:

- Reduzir a vulnerabilidade dos modos de sustento e mitigação do HIV/SIDA

Como:

- Estudo para determinar o impacto total sobre a agricultura e a segurança alimentar
- Advocacia em prol de redes de segurança social
- Advocacia em prol da diversificação da base e tecnologias de produção alimentar

Actores-chave:

- PRF
- CSPR
- FANRPAN
- SAFIRE
- ENJ
- Associações comerciais
- SAFAIDS
- RENEWAL